

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO

CONTRATO DE PERMISSÃO PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS PÚBLICOS DE MOVIMENTAÇÃO E
ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS EM PORTO SECO NO
MUNICÍPIO DE _____ QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIÃO E A EMPRESA _____.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e _____, na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal – SRRF01, com sede no SAS, Quadro 03, bloco “O” - Ed. Órgãos Regionais, Sala 614, 6º andar, Asa Sul, Brasília/DF., de um lado, a UNIÃO, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal – SRRF01, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, Chefe da Divisão de Programação e Logística, no uso da competência outorgada pelo artigo 334, § 9º, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria/MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2017, que lhe confere poderes para a celebração do contrato de Permissão para a Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco, em sequência denominada simplesmente Permitente, e, de outro lado, a empresa _____, CNPJ nº _____, estabelecida na cidade de _____, na Rua (Avenida) _____, nº _____, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo(a) seu(sua) _____(cargo), Sr. (a), _____, CPF nº _____, _____ (nacionalidade) _____, _____ (estado civil) _____, portador da cédula de Identidade nº _____, expedida por _____, em conformidade (indicar os instrumentos que dão à pessoa poderes para representar a sociedade) _____, daqui por diante denominada simplesmente Permissionária, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional, *ex vi* do disposto no parágrafo único do art. 38, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e no art. 13, inciso III, alínea "e", do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, e ainda com o inciso IV do art. 5º, do Decreto nº 93.237, de 8 de setembro de 1986, em conformidade com o constante do Processo Administrativo nº 10166.724479/2017-91, **CONTRATO DE PERMISSÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS NO PORTO SECO DE ANÁPOLIS**, que se regerá pelas disposições na **Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997**, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, no **Decreto nº 2.594, de 15 de maio de 1998**, que dispõe sobre o Programa Nacional de Desestatização, na **Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, na **Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995**, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, e subsidiariamente pela **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, no **Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966**, que dispõe sobre o imposto de importação e reorganiza os serviços aduaneiros, na **Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003**, que dá outras providências relativas à legislação aduaneira, no **capítulo IV da Lei nº 12.350 de 20 de dezembro de 2010**, que dispõe sobre locais e recintos alfandegados, no **Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009**, que regulamenta a Administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações do comércio exterior, no **Decreto nº 1.910, de 21 de maio de 1996**, que dispõe sobre a concessão e a permissão de serviços desenvolvidos em terminais alfandegados de uso público, no **Decreto nº 2.763, de 31 de agosto de 1998**, que dispõe sobre a transferência de concessão ou permissão ou do controle societário da concessionária ou da permissionária

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

prestadora de serviços em terminais alfandegados de uso público, na **Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.208, de 4 de novembro de 2011**, que estabelece termos e condições para instalação e funcionamento de portos secos, na **Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 109, de 8 de dezembro de 2000**, que estabelece termos e condições para a transferência de concessão ou permissão ou do controle societário da concessionária ou da permissionária prestadora de serviços em terminais alfandegados de uso público, na **Portaria RFB nº 8, de 30 de setembro de 2011**, que estabelece requisitos e procedimentos para o alfandegamento de locais e recintos, e, ainda, na **Instrução Normativa TCU nº 27, de 2 de dezembro de 1998**, observada também, se for o caso, a legislação que vier modificar ou substituir a aqui referida, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente contrato tem por objeto deferir a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de Anápolis, para carga geral, a granel e frigorificada, localizada no<endereço>..... no Município de Anápolis/GO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Porto Seco poderá receber, sob controle aduaneiro, mercadorias importadas e as destinadas à exportação, devendo ser nele executados serviços de processamento de despacho aduaneiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No Porto Seco poderão ser realizadas operações com mercadorias submetidas aos seguintes regimes aduaneiros:

I - comum;

II - suspensivos:

- a) entreposto aduaneiro na importação e exportação;
- b) admissão temporária;
- c) trânsito aduaneiro;
- d) drawback;
- e) exportação temporária, inclusive para aperfeiçoamento passivo;
- f) depósito alfandegado certificado e depósito especial;
- g) entreposto aduaneiro em porto seco industrial – para as mercadorias submetidas às operações de: exposição; demonstração e teste de funcionamento; industrialização; e manutenção e reparo, nos termos da Instrução Normativa SRF nº 241, de 6 de novembro de 2002.

PARÁGRAFO TERCEIRO - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR - A execução dos serviços obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo Administrativo nº 10166.724479/2017-91 e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- a) Edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

b) documentos de classificação (proposta) e de habilitação apresentados pela Permissionária na Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017, em ____ de ____ de 20XX; e

c) outros documentos relevantes, todos assinados ou rubricados pela Permissionária.

PARÁGRAFO QUARTO - DA LICITAÇÃO - Os serviços ora contratados foram objeto de licitação, sob a modalidade de Concorrência, conforme Edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017 constante de fls. ____ a ____ do Processo nº 10166.724479/2017-91, cujo aviso foi publicado com a antecedência mínima de dias, na página _____ do "Diário Oficial da União", de _____ de _____ de 20XX _____ e nas páginas _____ nos jornais _____ <nome do jornal> _____, de _____ <nome do município> _____, em ____ de _____ de 20XX.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA - O presente contrato terá vigência a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União e terá duração de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado, por mais 10 (dez) anos, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, com a redação dada pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra, no que couber, algum dos motivos elencados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, devidamente autuados em processo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A manifestação de interesse na prorrogação do contrato deve ser feita pela permissionária, por escrito, com antecedência mínima de 36 (trinta e seis) meses, em relação à data do término do prazo contratual, sob pena de decadência desse direito.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A prorrogação deve ser precedida de um novo Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) e correspondente Demonstrativo de Viabilidade Econômica do Empreendimento, levando em conta os mesmos elementos utilizados no Estudo Inicial, com base no Art. 11, da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 2011.

PARÁGRAFO QUARTO - A elaboração do estudo e do demonstrativo citados no parágrafo terceiro deve ser concluída pela RFB em até 6 (seis) meses após a manifestação de interesse na prorrogação do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Para fins de prorrogação, a permissionária deve ter o desempenho considerado satisfatório, com base nas avaliações realizadas pelo método apresentado no Anexo II.

PARÁGRAFO SEXTO - O desempenho da permissionária será considerado satisfatório quando seu conceito histórico for bom, ótimo ou excelente, ou seja, quando a média das notas de desempenho de todas avaliações realizadas até a data da solicitação de prorrogação for maior ou igual a 7 (sete), de acordo com o método estabelecido no Anexo II.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO - No Porto Seco a Permissionária incumbir-se-á da prestação de serviços técnicos e especializados relacionados com armazenagem e movimentação de mercadorias importadas e das destinadas à exportação, nos termos do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017 e das condições por ela propostas, constantes dos seus documentos de classificação (proposta) e de habilitação, inerentes à Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No Porto Seco a Permissionária poderá auferir receitas acessórias, em decorrência da prestação de serviços conexos com aqueles objetos da permissão, desde que tenha feito a opção na proposta apresentada, conforme item 3.2.2, VI do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017 de acordo com tabela que espelhe os preços de mercado, prestados facultativamente aos usuários, relativos à estadia de veículos e unidades de carga; pesagem; limpeza e desinfecção de veículos; fornecimento de energia; retirada de amostras; lonamento e deslonamento; colocação de lacres; expurgo e reexpurgo; unitização e desunitização de cargas; marcação, remarcação, numeração e renumeração de volumes, para efeito de identificação comercial; etiquetagem, marcação e colocação de selos fiscais em produtos importados, com vistas ao atendimento de exigências da legislação nacional ou do adquirente; etiquetagem e marcação de produtos destinados à exportação, visando sua adaptação a exigências do comprador; consolidação e desconsolidação documental; acondicionamento e reacondicionamento, apenas para fins de transporte; inspeção não invasiva de cargas e veículos e outros serviços complementares à movimentação e armazenagem de mercadorias, inclusive aqueles que forem decorrentes das atividades de porto seco industrial, se for o caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Deverá ser colocada no Porto Seco, apenas placa de identificação nas dimensões mínimas de 2,5 m (dois vírgula cinco metros) X 5 m (cinco metros), por conta da Permissionária, com localização e especificações a serem fornecidas pela SRRF jurisdicionante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso a Permissionária queira que conste da placa sua razão social ou denominação, esta deverá ocupar, no máximo, uma área equivalente a um quinto da área da placa.

PARÁGRAFO QUARTO - Durante a execução do contrato, havendo interesse da Permissionária em promover alterações ou expansões de construções, de equipamentos e de sistemas operacionais de segurança e dos relativos à medicina e segurança do trabalho, essas alterações ou expansões deverão ser executadas a expensas da Permissionária, após autorização da Permitente, sem prejuízo do disposto no item 6.7, e observado a disposição do item 7.4, do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017.

PARÁGRAFO QUINTO - O exercício da fiscalização por parte da Permitente (inciso I da cláusula quarta) não exclui nem reduz a responsabilidade da Permissionária ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da Permitente.

PARÁGRAFO SEXTO - Para fins de alfandegamento e verificação de cumprimento das obrigações contratuais constantes do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017 e dos documentos de classificação (proposta) e de habilitação, e das normas da RFB pertinentes ao alfandegamento, o Porto Seco será vistoriado por comissão de vistoria, designada pelo chefe da unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o Porto Seco, que lavrará termo de vistoria circunstanciado, nos termos do

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

inciso II da cláusula quarta.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O ato declaratório de alfandegamento do Porto Seco será expedido pelo Superintendente da SRRF01, na vigência do prazo contratual, cumpridas as condições do contrato e de alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 3.518, de 03 de outubro de 2011, ou de norma que vier a alterá-la ou sucedê-la.

PARÁGRAFO OITAVO - No exercício da fiscalização, a Permitente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da Permissionária.

PARÁGRAFO NONO - Os serviços serão fiscalizados também, nos meses de junho e dezembro, por intermédio de comissão, designada pelo Superintendente da Receita Federal do Brasil da 1ª RF, composta de representantes da Permitente, da Permissionária e dos usuários, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 30 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e no art. 22 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os serviços prestados no Porto Seco observarão o disposto no art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nas normas técnicas pertinentes e na proposta apresentada na licitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O dirigente da unidade da RFB, com jurisdição sobre o Porto Seco, expedirá as normas operacionais necessárias ao cumprimento do contrato e designará servidor que acompanhará e fiscalizará permanentemente a sua execução (fiscal do contrato).

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA PERMITENTE - Incumbe à Permitente:

I – acompanhar, controlar e fiscalizar permanentemente a execução do contrato, por meio de servidor formalmente designado (fiscal do contrato), e expedir normas operacionais, por intermédio da unidade da RFB com jurisdição sobre o Porto Seco;

a) caberá ao fiscal do contrato observar e cumprir as disposições estabelecidas pelo art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011, realizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados conforme metodologia constante do Anexo II do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017, instruir eventuais processos de aplicação das sanções administrativas previstas nas cláusulas décima primeira e décima segunda considerando o rito estabelecido nos subitens 13.6.1, 13.6.2.1, e 14.4.4.1 do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017, bem como fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contratuais;

b) o disposto na alínea "a" não exclui nem reduz a responsabilidade da Permissionária ou de seus agentes ou prepostos, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos resultantes de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, não implicando, na ocorrência destes, em corresponsabilidade por parte da Permitente;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

II - vistoriar o recinto a ser alfandegado por intermédio de comissão de vistoria, designada pelo chefe da unidade da RFB, com jurisdição sobre o Porto Seco;

III - alfandegar o Porto Seco, por meio de ato declaratório mencionado no parágrafo sétimo da cláusula terceira deste contrato, e dessa forma autorizar o início de funcionamento do recinto, depois de lavrado(s) o(s) termo(s) de vistoria e desde que satisfeitas todas as condições contratuais e de alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 3.518, de 03 de outubro de 2011, inclusive a avaliação prévia do funcionamento do sistema informatizado de controle operacional, nos termos do que dispõe o art. 12 da Instrução Normativa SRF nº 682, de 4 de outubro de 2006, ou de legislação que vier modificar ou substituir a aqui referida;

IV - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

V - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

VI - extinguir a permissão, nos casos previstos na cláusula décima segunda deste contrato;

VII - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro 1995, das normas pertinentes e do contrato;

VIII - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

IX - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

X - estimular a melhoria da qualidade, o aumento da produtividade e a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar a competitividade;

XII - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;

XIII - encaminhar ao Tribunal de Contas da União - TCU cópia da documentação a que se refere o art. 8º da Instrução Normativa TCU nº 27, de 02 de dezembro de 1998;

XIV - prestar ao TCU, quando for o caso, as informações relativas aos fatos enumerados no art. 12 da Instrução Normativa TCU nº 27, de 02 de dezembro de 1998.

XV - avaliar a qualidade dos serviços prestados conforme metodologia constante do Anexo II do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

XVI - observar o disposto no artigo 7º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

PARÁGRAFO ÚNICO - A vistoria prevista no inciso II desta cláusula será realizada com observância dos seguintes procedimentos:

I - será realizada no prazo de trinta dias, contado da comunicação a que se refere o inciso XI da cláusula quinta;

II - sendo verificado que não foram atendidas todas as condições estabelecidas, a comissão consignará as pendências no respectivo termo que será levado ao conhecimento da Permissionária, a qual sanará as referidas pendências, no prazo que lhe for concedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

III - transcorrido o prazo concedido, a comissão procederá à nova vistoria, lavrando o respectivo termo;

IV - caso não tenham sido sanadas as pendências, operar-se-á a caducidade da permissão.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA - Incumbe à Permissionária:

I - ter prepostos (gerente e fiel - inciso IX do item 3.3.1, do edital da Concorrência RFB/SRRF – nº .../20XX) no Porto Seco, com experiência profissional e com o mesmo nível de responsabilidade, de pelo menos 1 ano, em atividades ligadas à armazenagem, guarda ou ao transporte de mercadorias, que assumirá perante a RFB a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços ali executados e com poderes para responder pela permissionária;

II - observar, quanto ao pessoal, as disposições da legislação trabalhista e previdenciária;

III - responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados e também por danos a terceiros;

IV - responsabilizar-se, inclusive perante terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade da Permitente;

V – comunicar e submeter à aprovação prévia do titular da unidade da RFB jurisdicionante do Porto Seco, por intermédio do fiscal do contrato (item 7.12 do edital da Concorrência RFB/SRRF – Nº .../20XX , c/c parágrafo Décimo Primeiro da cláusula Terceira e inciso I da cláusula Quarta, deste contrato) qualquer substituição da equipe técnica (gerente e fiel), observado o disposto no inciso IX do item 3.3.1 do edital da Concorrência RFB/SRRF – nº .../20XX

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

a) a referida substituição só será deferida se os membros da nova equipe possuírem comprovada capacidade profissional, conforme previsto pelo Inciso IX do item 3.3.1 do edital da Concorrência RFB/SRRF.... – nº/20XX;

b) entende-se como "gerente" o funcionário da Permissionária que detiver a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços executados nas dependências do Porto Seco e pelo pronto restabelecimento de qualquer problema operacional que vier a ocorrer naquele recinto e como "fiel depositário" o funcionário da Permissionária que detiver a responsabilidade pela movimentação, guarda e conservação das mercadorias que adentrarem e saírem do Porto Seco;

VI - acatar, cumprir e fazer cumprir, por parte de seus empregados e contratados, as disposições contidas na legislação aduaneira vigente à época da celebração do contrato, e daquelas que vierem a sucedê-la ou alterá-la durante o período de sua execução, incluídos aí todos os atos normativos editados pela RFB;

VII - fornecer todos os equipamentos, ferramentas, materiais, maquinários, mobiliários, equipamentos de informática e de infraestrutura elétrica, equipamentos de segurança do trabalho, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), bem como realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pelo Porto Seco:

a) fornecer todos os equipamentos, materiais, mobiliários, equipamentos e suprimentos de informática e de infraestrutura elétrica, equipamento de reprografia, material de expediente, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), equipamentos de segurança do trabalho, bem como realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pela equipe da Secretaria da Receita Federal do Brasil em exercício no Porto Seco, devendo, no entanto, tais solicitações serem sempre devidamente justificadas pela Permitente, após prévia manifestação do fiscal do contrato;

b) disponibilizar meios de transporte e dispositivos adequados à carga e descarga de mercadorias sujeitas à fiscalização, bem como disponibilizar locais adequados aos trabalhos de fiscalização das equipes da RFB em exercício no Porto Seco;

c) disponibilizar diariamente transporte em condições de segurança e conforto para os servidores da RFB que prestem serviço no Porto Seco de Anápolis, desde a unidade da RFB jurisdicionante localizada em Avenida Wilson, 710, Bairro Jundiá Industrial, Anápolis-GO, até o recinto do Porto Seco e vice-versa, exclusivamente nos casos em que esse recinto for localizado em área não assistida por linha regular e segura de transporte público.

c.1) O transporte a que se refere a alínea “c” deste item pode ser compartilhado com servidores de outros órgãos da administração pública, devendo ser feito em veículo devidamente caracterizado e de uso coletivo.

VIII - responder como depositário da mercadoria sob sua custódia, obedecendo às legislações comercial e aduaneira que tratam do assunto e submetendo-se às demais exigências da fiscalização da RFB;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

IX - responder pelos tributos incidentes sobre as mercadorias sob sua guarda e responsabilidade e demais penalidades decorrentes, em caso de avaria, extravio ou acréscimo, exigíveis na data da apuração do fato;

X - apresentar à fiscalização da RFB, quando solicitado e em tempo hábil, as mercadorias armazenadas no Porto Seco sob sua custódia, e todos os dados de administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros referentes aos serviços prestados pelo Porto Seco, bem como garantir o livre acesso a todas as suas dependências, para que se proceda aos inventários e vistorias que julgar necessários;

a) só poderão ser armazenadas no Porto Seco mercadorias que estiverem sob controle aduaneiro, e a ele destinadas, devendo a Permissionária armazená-las de modo que seja mantida separação física entre as mercadorias importadas, a exportar, as nacionais ou nacionalizadas, e aquelas que tiverem sido abandonadas, apreendidas ou retidas pela RFB no curso do despacho aduaneiro, no mesmo recinto;

b) caberá à Permissionária adotar e seguir o *layout* de armazenagem de mercadorias proposto em sua documentação de habilitação, devendo qualquer alteração ser devidamente justificada;

b.1) entende-se por *layout* de armazenagem de mercadorias a planta baixa dos armazéns do Porto Seco onde esteja evidenciada as áreas destinadas a cada tipo de mercadoria mencionada na alínea “a” deste item;

c) caberá ao fiscal do contrato apreciar e aprovar qualquer alteração no referido *layout* de armazenagem, o qual, se aprovado, deverá ser fielmente seguido pela Permissionária;

d) poderá haver quantas alterações forem necessárias no *layout* de armazenagem, desde que não prejudiquem os serviços de fiscalização da RFB e que sejam sempre previamente aprovadas pelo fiscal do contrato;

e) ocorrendo qualquer alteração no *layout* de armazenagem do Porto Seco, caberá sempre ao fiscal do contrato anexar cópia do novo *layout* ao dossiê de acompanhamento do contrato do Porto Seco.

XI - comunicar à Permitente para fins de vistoria, por escrito, por intermédio da unidade da RFB jurisdicionante, que o recinto encontra-se em condições de entrar em funcionamento, em conformidade com o edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017 e documentos de classificação (proposta) e de habilitação apresentados pela licitante, e com as condições para alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 3.518, de 03 de outubro de 2011, ou de norma que vier a alterá-la ou sucedê-la;

XII – instalar e manter no Porto Seco, sem ônus para a Permitente, os serviços públicos de água, esgoto, eletricidade, telefonia e outros necessários ao seu perfeito funcionamento;

XIII - assumir os encargos relativos aos gastos com o consumo de energia elétrica, água, esgoto e telefone, impostos, taxas, alvarás, assentimentos sanitários, licenciamento ambiental, linhas de comunicação de voz e dados, dentre outros necessários ao perfeito funcionamento das instalações do Porto Seco e à realização

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

dos serviços lá prestados, inclusive os decorrentes do cumprimento da Legislação Federal, Estadual e Municipal no que concerne às atividades do Porto Seco;

XIV - assumir os encargos relativos aos custos do laudo pericial emitido por órgão, entidade, ou empresa credenciada, para realização de auditoria de sistemas informatizados de controle aduaneiro, nos termos do que dispõe a Instrução Normativa SRF nº 682, de 04 de outubro de 2006, ou norma que vier a complementá-la ou sucedê-la;

XV - atender aos usuários conforme previsto no art. 7º da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e nas legislações comercial e aduaneira vigentes durante o período de execução do contrato;

XVI – apresentar ao fiscal do contrato, até o décimo quinto dia de cada mês, prestação de contas relativas às receitas auferidas, no mês anterior, com movimentação e armazenagem de mercadorias, bem como as relativas às receitas acessórias decorrentes da prestação de serviços conexos com aqueles objetos da permissão, inclusive aqueles que forem decorrentes das atividades de porto seco industrial, se for o caso;

XVII - disponibilizar espaço físico adequado e equipamentos e facilitar a instalação dos órgãos intervenientes da Administração Pública que prestem serviços relativos ao controle administrativo das importações e exportações, controles fitossanitários, bem como espaço físico para as administrações fazendárias estaduais e postos de serviços bancários;

XVIII – disponibilizar instalações para o bom atendimento aos condutores de veículos de transporte de carga, despachantes aduaneiros e outros intervenientes, que atuem no Porto Seco, proporcionando boas condições de segurança, conforto, higiene e comodidade;

XIX - informar o vencimento do prazo de permanência no Porto Seco das mercadorias, veículos transportadores ou unidades de carga abandonadas, admitidas nos diversos regimes aduaneiros, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 32 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011, ou pela legislação que vier a sucedê-la ou alterá-la;

XX – Manter em local apropriado no recinto alfandegado, por 120 dias, sob sua guarda e responsabilidade, sem ônus para a Fazenda nacional, veículos transportadores, mercadorias e unidades de carga que forem considerados, pela legislação aduaneira em vigor, como abandonados no recinto;

a) o prazo de 120 dias passará a contar a partir da data em que a permissionária informar a caracterização da situação de abandono, conforme previsto na legislação aduaneira em vigor;

b) decorrido o prazo de 120 dias sem que tenha iniciado o despacho de importação, a permissionária deve fazer, em 5 dias, comunicação à unidade jurisdicionante da RFB, relacionando as mercadorias e mencionando todos os elementos necessários à identificação dos volumes e do veículo transportador;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

c) feita a comunicação no prazo de 5 dias, ficará a RFB responsável pelo pagamento da armazenagem no período excedente, contado este a partir do dia subsequente ao 120º dia, devendo para tanto ser aplicadas as tarifas de armazenagem de mercadorias normalmente aplicadas pela permissionária na importação e exportação, conforme os termos do contrato de permissão;

d) caso a comunicação não seja efetuada no prazo estipulado na alínea b, somente será paga pela RFB a armazenagem devida até o término do referido prazo, ainda que a mercadoria venha a ser posteriormente alienada.

XXI – manter, em local apropriado no recinto alfandegado, sob sua guarda e responsabilidade, sem ônus para a Fazenda Nacional, veículos transportadores, mercadorias e unidades de carga apreendidas pela unidade jurisdicionante da RFB no próprio recinto do porto seco;

XXII - manter os equipamentos de informática no Porto Seco devidamente interligados ao Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX ou sistema que vier a sucedê-lo e à rede informatizada da RFB, devendo o acesso à referida rede ser de uso exclusivo dos funcionários da RFB que atuarem no recinto alfandegado;

a) todos os equipamentos de informática do Porto Seco que estiverem sendo utilizados exclusivamente pela RFB deverão atender aos requisitos de segurança e especificações técnicas estabelecidas pela RFB, em conformidade com o disposto no Ato Declaratório Executivo Cotec nº 7, de 24 de dezembro de 2010, disponível no sítio da Receita Federal na internet: www.receita.fazenda.gov.br, observando-se o disposto na alínea “a”, do inciso XXIII, desta cláusula;

XXIII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista verificada por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de que trata a Instrução Normativa SLTI nº 2, de 11 de outubro de 2010, sob pena da caducidade da permissão;

XXIV - prestar serviço adequado, na forma prevista no art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

a) manter serviços adequados de vigilância na área interna e externa do Porto Seco, de manutenção e conservação (preventiva e corretiva) das instalações, equipamentos e maquinários instalados neste recinto alfandegado, além de prestar serviços de segurança e medicina do trabalho e realizar serviços de modernização e atualização dos equipamentos de informática, sem ônus para a Permitente, desde que sejam indispensáveis à eficiência e qualidade dos serviços prestados pela Permissionária;

XXV - prestar contas da gestão do serviço à Permitente e aos usuários, nos termos definidos neste contrato;

XXVI - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

XXVII - permitir aos encarregados da fiscalização da RFB livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

a) disponibilizar acesso ao sistema de que trata o inciso VII do item 3.3.1 do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017 à fiscalização da RFB, quando em consulta realizada no próprio estabelecimento, e remotamente, por meio da Internet, controlado por senha alfanumérica de oito dígitos, ou método seguro de reconhecimento biométrico do usuário, ou mediante certificação digital.

a.1) O acesso ao sistema via Internet deverá oferecer performance compatível com as necessidades de controle por parte da RFB, vinte e quatro horas por dia.

b) disponibilizar acesso ao sistema de que trata o inciso VIII do item 3.3.1 do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017 à fiscalização da RFB, no que se refere aos arquivos de imagens e dados pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, bem como transmitir, em tempo real, para a unidade da RFB jurisdicionante as imagens e dados do sistema.

XXVIII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente;

XXIX - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

XXX - executar, sem ônus para a Permitente ou para os usuários, os serviços necessários ao atendimento do disposto no inciso X desta cláusula;

XXXI - manter, no Porto Seco, ferramentas e equipamentos adequados e pessoal especializado para execução dos serviços de que trata o inciso anterior;

XXXII - publicar anualmente as demonstrações financeiras relativas à permissão;

XXXIII - efetuar o pagamento ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 1975, a partir da data de entrada em operação do Porto Seco, de acordo com o art. 815 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009 e da Instrução Normativa SRF nº 14, de 25 de janeiro de 1993, nos termos constantes das alíneas abaixo indicadas:

a) seis por cento (6%) da receita mensal obtida com armazenagem e movimentação de mercadorias na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem;

b) dois por cento (2%) da receita mensal obtida com armazenagem e movimentação de mercadorias na exportação, na reexportação, na devolução ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado – DAC;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

c) o pagamento ao FUNDAF deverá ser efetuado através de recolhimentos mensais aos cofres da União, a título de receitas alfandegadas, feitos por meio de DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), sob o código de receita: 6525, até o décimo dia de cada mês subsequente ao da ocorrência dos fatos que geraram o débito (Instrução Normativa SRF nº 14, de 25 de janeiro de 1993, art.4º);

d) O atraso do pagamento ao FUNDAF superior a trinta dias ensejará a caducidade da Permissão.

e) Caso a contribuição ao FUNDAF torne-se inexigível por fatos supervenientes, a Permitente promoverá a revisão das tarifas a fim de se manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

XXXIV - apresentar mensalmente ao fiscal do contrato, até o décimo quinto dia de cada mês subsequente ao de referência, comprovante de recolhimento dos DARFs mencionados no inciso anterior;

XXXV - disponibilizar para a RFB, a qualquer momento durante a execução contratual e ao final da permissão, as informações, históricos e registros de todas as operações efetuadas pelos sistemas informatizados de controle operacional e de monitoramento e vigilância de que trata os incisos VII e VIII do item 3.3.1 do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017, durante o prazo de funcionamento do Porto Seco, bem como as especificações para acesso e recuperação desses dados;

XXXVI – submeter à Permitente, por intermédio da unidade da RFB de jurisdição do Porto Seco, para fins de autorização e anuência prévia, a transferência da permissão ou do seu controle acionário pretendidos, nos termos do que dispõe o art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, o Decreto nº 2.763, de 31 de agosto de 1998, e Instrução Normativa SRF nº 109, de 12 de dezembro de 2000, e da legislação que vier a alterá-la ou sucedê-la;

a) a transferência da permissão ou do controle acionário de que trata este inciso, sem a anuência prévia da RFB, implicará caducidade da permissão, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste contrato.

XXXVII – cobrar as mesmas tarifas praticadas na importação e exportação previstas no contrato de permissão, no caso da guarda referida no inciso XX da cláusula quinta;

XXXVIII – observar o disposto no artigo 7º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e

XXXIX – manter a prestação dos serviços com qualidade boa ou ótima, atingindo, no mínimo, nota final igual 7 (sete) na avaliação semestral referida no Anexo II do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017;

XL – iniciar o funcionamento do Porto Seco de acordo com o prazo informado na proposta;

XLI – manter sigilo e não veicular as informações a que tiver acesso, em decorrência do exercício dos serviços, respondendo criminalmente, no caso de violação.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

CLÁUSULA SEXTA - DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS - Os serviços prestados pela Permissionária, relativamente à movimentação e armazenagem de mercadorias, serão pagos pelo usuário, conforme as seguintes tarifas constantes da sua proposta apresentada na licitação:

I - tarifas para armazenagem de mercadorias que estejam sob controle aduaneiro:

a) para armazenagem de mercadorias na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem:

- 1 - por cento (...%) do valor CIF da mercadoria, por um período de dez dias ou fração;
- 2 - reais (R\$.....) por metro cúbico (m3) ou fração, por um período de dez dias ou fração;
- 3 - reais (R\$.....) por metro quadrado (m2) ou fração, por um período de dez dias ou fração;

b) para armazenagem de mercadorias na exportação, na reexportação, na devolução ou na redirecionamento, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado - DAC:

- 1 - por cento (...%) do valor FOB da mercadoria, por um período de trinta dias ou fração;
- 2 - reais (R\$.....) por metro cúbico (m3) ou fração, por um período de trinta dias ou fração;
- 3 - reais (R\$.....) por metro quadrado (m2) ou fração, por um período de trinta dias ou

fração;

II - tarifas para movimentação de mercadorias que estejam sob controle aduaneiro:

a) para movimentação de mercadorias na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem:

1 - para mercadoria paletizada:

- 1.1 - reais (R\$.....) por metro cúbico (m3) ou fração;
- 1.2 - reais (R\$.....) por tonelada ou fração;

2 - para mercadoria não paletizada:

- 2.1 - reais (R\$.....) por metro cúbico (m3) ou fração;
- 2.2 - reais (R\$.....) por tonelada ou fração;

3 - para mercadoria containerizada:

- 3.1 - reais (R\$.....) por metro cúbico (m3) ou fração;
- 3.2 - reais (R\$.....) por tonelada ou fração;

b) para movimentação de mercadorias na exportação, na reexportação, na devolução ou na redirecionamento, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado - DAC:

1 - para mercadoria paletizada:

- 1.1 - reais (R\$.....) por metro cúbico (m3) ou fração;
- 1.2 - reais (R\$.....) por tonelada ou fração;

2 - para mercadoria não paletizada:

- 2.1 - reais (R\$.....) por metro cúbico (m3) ou fração;
- 2.2 - reais (R\$.....) por tonelada ou fração;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

3 - para mercadoria containerizada:

3.1 - reais (R\$.....) por metro cúbico (m3) ou fração;

3.2 - reais (R\$.....) por tonelada ou fração;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Observados o tipo de serviço (movimentação ou armazenagem), o tipo de operação (importação ou exportação) e, na movimentação, também o tipo de acondicionamento (paletizada, não paletizada ou containerizada), a permissionária poderá cobrar pelos serviços prestados aos usuários, quaisquer das tarifas respectivas constantes da sua proposta (ad valorem, por peso, por volume ou por área), sendo permitido acordo com os usuários do serviço quanto à forma de tarifação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será permitido também acordo entre a permissionária e o usuário nos seguintes casos:

I - cobrança de tarifas menores que as constantes desta cláusula;

II - cobrança de tarifas maiores que as constantes desta cláusula quando se tratar de produtos tóxicos, odorantes, inflamáveis, corrosivos e outros produtos considerados perigosos ou nocivos à saúde pela legislação pertinente, bem como produtos frágeis e de difícil manipulação, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %);

III - cobrança de tarifas de movimentação maiores que as constantes desta cláusula quando o objeto for a prestação de serviços de responsabilidade da contratada fora do expediente normal de funcionamento do Porto Seco, limitado o acréscimo a cem por cento (100%);

IV - cobrança de tarifas de armazenagem maiores que as constantes desta cláusula a partir do início do segundo período de armazenagem, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %), não cumulativo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos previstos no parágrafo anterior, o pagamento ao FUNDAF será calculado com base nas tarifas estabelecidas no acordo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REVISÃO DAS TARIFAS - Os preços referentes à movimentação e à armazenagem de mercadorias poderão ser revistos a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pedido de revisão das tarifas, quando requerido pela Permissionária, deverá ser instruído com uma composição de custos atualizada que, comparada com a apresentada na licitação (item 3.2.2, IV e V do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017), comprove a quebra do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, a SRRF01 deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

PARÁGRAFO QUARTO - Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

PARÁGRAFO QUINTO - As receitas acessórias e complementares, de que trata o parágrafo primeiro da cláusula terceira, serão obrigatoriamente consideradas para aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso a contribuição do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF) se torne inexigível, por decisão administrativa ou judicial, aplica-se o disposto no PARÁGRAFO SEGUNDO.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DAS TARIFAS - As tarifas dos serviços permitidos serão reajustados anualmente, a partir da data limite para a apresentação da proposta, de acordo com a seguinte fórmula:

$$V = (I / I_0) * V_0$$

V = valor reajustado da tarifa;

I = Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna/IGP-DI do mês do reajuste;

I₀ = Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna/IGP-DI do mês de apresentação da proposta na licitação;

V₀ = valor da tarifa constante da proposta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de revisão contratual de tarifas nos termos da cláusula sétima, não será alterado o termo inicial do período de reajuste, que será a data em que o reajuste anterior tiver ocorrido.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A concessão de Reajuste de Tarifas solicitada pelo Permissionário nos próximos cinco anos seguintes a uma Revisão de Parâmetros da Permissão, cláusula nona, limitar-se-á ao teto apresentado pela Tabela de Tarifas Máximas recalculada.

CLÁUSULA NONA – DA REVISÃO DOS PARÂMETROS DA PERMISSÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Revisão dos Parâmetros da Permissão tem o objetivo de recalculer a Tabela de Tarifas Máximas, apresentada no item 5.2.2.1 do edital, preservando-se a aplicação de tarifas módicas e o equilíbrio econômico-financeiro deste contrato de permissão.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Revisão dos Parâmetros da Permissão ocorrerá quando demonstrado pelo Permitente ou pelo Permissionário que o valor da tarifa não mais reflita a relação entre a amortização do investimento e a remuneração prevista na proposta vencedora.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Revisão dos Parâmetros da Permissão será precedida de novo Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica, fundado nos balanços e demonstrações dos resultados dos exercícios dos anos anteriores de exploração do empreendimento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA - Para o fiel cumprimento das obrigações relativas ao início das atividades do Porto Seco no prazo estabelecido no inciso I do item 3.2.2 do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017 e observância das cláusulas e condições deste contrato, bem como às referentes a multas contratuais e as decorrentes da legislação aduaneira, a Permissionária apresentou garantia sob a modalidade de _____, no valor de R\$ (..... reais), de acordo com o estabelecido no item 12 do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017, conforme faz certo nos documentos entranhados às fls. ____, do Processo Administrativo nº 10166.724479/2017-91.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia terá o seu valor atualizado periodicamente com o mesmo percentual utilizado no reajuste ou revisão das tarifas contratuais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a Permissionária deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Permitente, mediante ofício entregue contra recibo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Após o cumprimento fiel e integral do contrato, a garantia prestada pela Permissionária será liberada pela União, por intermédio da SRRF01.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES – Além de sujeitar-se às penalidades por infração à legislação aduaneira, especialmente ao Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e à Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Permissionária ficará sujeita às seguintes sanções administrativas pela inexecução total ou parcial dos dispositivos contratuais aqui estabelecidos:

I – advertência:

a) pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela Permissionária, estabelecidos nos incisos V, VI, VII, X, XII, XIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXIII e XXXVIII, da cláusula quinta deste contrato, desde que não acarrete prejuízos à Permitente e aos usuários dos serviços do Porto Seco, independentemente da aplicação de multa;

b) no caso de reincidência na mesma infração ou de ocorrência de prejuízos à Permitente e aos usuários dos serviços do Porto Seco, será aplicada a multa estabelecida no inciso II, alínea “b” desta cláusula;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

II – multa:

a) de 0,1% (zero vírgula um por cento) do investimento total apresentado no Demonstrativo da Viabilidade Econômica do Empreendimento, por dia de atraso no início de funcionamento do Porto Seco, nos termos do inciso I do item 3.2.2 deste edital, limitada a 10% (dez por cento) do investimento total apresentado no Demonstrativo da Viabilidade Econômica do Empreendimento;

b) de dois por cento (2%) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferidas no mês anterior ao da infração cometida, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela Permissionária, estabelecidos nos incisos I, II, III e IV, da cláusula quinta deste contrato, aplicada em dobro na reincidência;

c) de cinco por cento (5%) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior ao da infração cometida, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela Permissionária, estabelecidos nos incisos VIII, XIV, XXVI e XXXIV, da cláusula quinta deste contrato, aplicada em dobro na reincidência;

d) de 10% (dez por cento) do investimento total apresentado no Demonstrativo da Viabilidade Econômica do Empreendimento, por desistência de assumir a permissão, após a assinatura do contrato, durante o prazo estipulado no inciso I do item 3.2.2 do edital da Concorrência RFB/SRRF04 nº 02/2012, excluídas as hipóteses previstas na Instrução Normativa SRF nº 109, de 12 de dezembro de 2000.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a RFB, aplicada à licitante ou à Permissionária, por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com a gravidade do ato cometido (art. 87 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993).

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados, inclusive fraude na execução do contrato, e condenação definitiva em razão da prática de condutas tipificadas nos artigos 89 a 98 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Se o valor da multa não for pago, será automaticamente descontado do valor da garantia prevista na cláusula décima deste contrato. Em caso de insuficiência da garantia o valor devido será cobrado administrativamente, podendo, ainda, caso não for pago, ser inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos incisos I e III desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da Permissionária, no respectivo processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis.

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

PARÁGRAFO TERCEIRO - No processo administrativo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções previstas nesta cláusula serão aplicadas mediante processo administrativo próprio, instaurado e instruído na unidade da RFB de jurisdição do Porto Seco, acompanhado de termo circunstanciado de constatação da hipótese de infração aos termos e obrigações contratuais, juntamente com documentos comprobatórios, com a devida proposição pelo fiscal do contrato à SRRF01, de aplicação da sanção pertinente ao caso, com o conhecimento do titular da unidade.

I - Na aplicação das sanções constantes dos incisos I, II, e III desta cláusula, a SRRF01, após a análise do processo administrativo:

a) verificando a procedência da sanção proposta, ou outra cabível, retorna-se o processo à unidade de origem para ciência e defesa prévia da Permissionária, no prazo de cinco dias úteis da ciência;

b) apresentada a defesa prévia pela Permissionária, o processo será encaminhado à SRRF01 para julgamento;

c) da decisão que aplicar a sanção cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis da ciência da Permissionária, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 109 da Lei nº 8666, de 21 de junho 1993;

d) verificando o não cabimento de sanção, retorna-se o processo à unidade de origem para ciência e arquivamento.

PARÁGRAFO QUINTO - A sanção estabelecida no inciso IV desta cláusula é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Fazenda, facultada a defesa do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de sua aplicação.

I - Na aplicação da sanção constante do inciso IV desta cláusula do contrato, a SRRF01:

a) verificando a procedência da sanção proposta, encaminhará os autos, devidamente instruídos, ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, por intermédio do Gabinete da RFB, para análise e, se for o caso, concessão do prazo de defesa, constante neste parágrafo desta cláusula do contrato;

b) da decisão que aplicar a sanção cabe pedido de reconsideração ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, no prazo de dez dias úteis da intimação do ato à Permissionária, nos termos do que dispõe o inciso III do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação das sanções constantes dos incisos I e II, alíneas “b” e “c”, desta cláusula do contrato, será considerada reincidente a Permissionária que, dentro do período de 365

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

(trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da data da aplicação da sanção, cometer nova infração pela mesma conduta já sancionada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas desta cláusula deverão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, no Estado de Pernambuco, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser preenchido de acordo com as instruções fornecidas pela Permitente;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO - Extingue-se a permissão por:

I - advento do termo contratual;

II - encampação;

III - caducidade;

IV - rescisão;

V - anulação;

VI - falência ou extinção da empresa Permissionária;

VII – revogação unilateral, nos termos do art. 40 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso previsto no inciso II desta cláusula, o poder permitente, antecipando-se à extinção da permissão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à Permissionária, na forma do parágrafo segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder permitente durante o prazo da permissão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizadora específica e após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados, com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços permitidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder permitente, a declaração de caducidade da permissão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições dos parágrafos quarto ao oitavo desta cláusula, do art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e das demais cláusulas contratuais, no que couber.

PARÁGRAFO QUARTO - A caducidade da permissão poderá ser declarada pelo poder permitente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

II - a Permissionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à permissão;

III - a Permissionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a Permissionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço permitido;

V - a Permissionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a Permissionária não atender à intimação do poder permitente no sentido de regularizar a prestação do serviço;

VII - a Permissionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;

VIII - o atraso no recolhimento ao FUNDAF quando superior a trinta dias ensejará a caducidade da permissão;

IX - ocorrer a transferência da permissão ou do controle acionário de que trata o inciso XXXV do item 11.1 sem a anuência prévia da RFB.

PARÁGRAFO QUINTO - A declaração da caducidade da permissão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da Permissionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à Permissionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no parágrafo quarto desta cláusula, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais. Todavia, o processo administrativo será instaurado diretamente, no caso de infração não passível de suprimento.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder permitente, independentemente de indenização.

I - O processamento da declaração de inadimplência seguirá, no que couber, o rito definido nos parágrafos quarto e quinto da cláusula décima primeira deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - Declarada a caducidade, não resultará para o poder permitente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

terceiros ou com empregados da Permissionária.

PARÁGRAFO NONO - A transferência da permissão ou do controle societário da Permissionária sem prévia anuência do poder permitente implicará a caducidade da permissão.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Não sanadas, dentro do prazo concedido, as pendências apontadas pela Comissão de Vistoria, na fase de alfandegamento do Porto Seco de que trata o inciso II do parágrafo único da cláusula quarta deste contrato, operar-se-á a caducidade da permissão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O contrato de permissão poderá ser rescindido por iniciativa da Permissionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder permitente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, os serviços prestados pela Permissionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Nas hipóteses de extinção da permissão, assegurado o contraditório e a ampla defesa, o rito processual seguirá as disposições da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e subsidiariamente as da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALIDADE E EFICÁCIA - O presente contrato só terá validade e eficácia depois de, respectiva e sucessivamente, aprovado pelo Superintendente da SRRF01 e publicado, por extrato, no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO ÚNICO - PUBLICAÇÃO - Incumbirá à Permitente providenciar, a sua conta, a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos de que dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA QUALIDADE DO SERVIÇO - Os serviços prestados no Porto Seco serão avaliados qualitativamente, considerando-se as obrigações contratuais da Permissionária e a satisfação objetiva dos usuários com relação ao atendimento de seus direitos discriminados no artigo 7º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Permissionária, na prestação dos serviços, compromete-se a empregar materiais e equipamentos de qualidade e a manter instalações e métodos operativos adequados que garantam bons níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas, conforme estabelecido a seguir:

I - regularidade, caracterizada pela prestação continuada dos serviços;

II - continuidade, caracterizada pelo permanente oferecimento dos serviços;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

III - eficiência, que compreende a prestação satisfatória dos serviços;

IV - segurança, caracterizada pelos mecanismos que a Permissionária irá adotar para preservação de suas instalações e para proteção das mercadorias sob a sua guarda;

V - atualidade, que compreende a modernidade das técnicas empregadas, dos equipamentos e das instalações utilizadas e a sua conservação, bem como a melhoria dos serviços;

VI - generalidade, que compreende a igualdade dos usuários na prestação dos serviços;

VII - cortesia, caracterizada pelo atendimento ágil e respeitoso a todos os usuários dos serviços permitidos;

VIII - modicidade das tarifas, caracterizada pelo esforço permanente da Permissionária em reduzir custos, criando condições para a redução das tarifas quando dos reajustes e revisões.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os serviços prestados pela Permissionária serão avaliados nos meses de junho e dezembro pelo fiscal do contrato de que trata o parágrafo décimo primeiro da cláusula terceira, mediante expedição de relatório circunstanciado, nos termos do Anexo II do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017, em conformidade com, que estabelece critérios, indicadores, fórmula e parâmetros definidores da qualidade dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O relatório de avaliação de que trata o parágrafo anterior, acompanhado dos formulários de avaliação, constantes do Anexo II do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017, será:

I - submetido à autoridade contratante, com proposta, inclusive, de aplicação de sanções previstas neste contrato, obedecidas as disposições constantes do Anexo II do edital da Concorrência RFB/SRRF01 nº 01/2017 de licitação; e

II - encaminhado à comissão de que trata o parágrafo quarto desta cláusula devendo constar do relatório que será submetido à autoridade contratante, conforme estabelece o § 2º do art. 22 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011.

PARÁGRAFO QUARTO - Os serviços serão, também, avaliados nos meses de junho e dezembro pela comissão de fiscalização a que se refere o parágrafo nono da cláusula terceira deste contrato, sendo adotados os procedimentos previstos no art. 22 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 04 de novembro 2011.

PARÁGRAFO QUINTO - A autoridade contratante adotará as medidas julgadas cabíveis à vista dos relatórios apresentados pelo fiscal do contrato e pela comissão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Não será admitida a subpermissão, a associação da

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

Permissionária com outrem, a cessão, total ou parcial, da permissão outorgada, objeto deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Permissionária poderá contratar serviços complementares de manutenção, limpeza e conservação, vigilância, medicina e segurança do trabalho e outros semelhantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS BENS REVERSÍVEIS - Finda a permissão, não haverá reversão de bens.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FIEL DEPOSITÁRIO – Fica estabelecido que a Permissionária assumirá a condição de fiel depositária das mercadorias sob sua guarda.

PARÁGRAFO ÚNICO – A condição de fiel depositária será formalizada por meio do termo de fiel depositário a ser apresentado pela Permissionária no processo de alfandegamento do Porto Seco.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REMESSAS DE CÓPIAS AO TCU - A Permitente remeterá ao Tribunal de Contas da União cópias autenticadas deste contrato e dos Termos Aditivos que eventualmente forem firmados, no prazo de cinco dias, contados da sua assinatura, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa TCU nº 27, de 02 de dezembro de 1998.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO ARQUIVAMENTO – A Permitente manterá cópias autenticadas deste contrato e dos termos Aditivos que eventualmente forem firmados, em arquivo próprio, à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA REGULARIDADE FISCAL – A Permissionária encontra-se admitida e em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme a declaração impressa constante à folha ____ do Processo Administrativo nº 10166.724479/2017-91.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS – Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber da permitente e da permissionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do poder permitente;

IV - levar ao conhecimento do poder público e da permissionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal – SRRF01

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA RFB/SRRF01- Nº 01/2017
ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO DE PERMISSÃO
Processo: 10166.724479/2017-91

V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela permissionária na prestação do serviço;

VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FORO - Para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, será competente o Foro da Justiça Federal em Brasília, da Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em três vias de igual teor e forma, pelas partes Contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivado cronologicamente na Divisão de Programação e Logística da SRRF01, com registro sistemático de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

Brasília, ____ de ____ de 20XX.

PERMITENTE:

NOME:
CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA DA SRRF01

PERMISSIONÁRIA:

NOME:
CARGO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Testemunhas:

Nome
CPF nº

Nome
CPF nº